

O público e o privado

CADERNO DOS NÚCLEOS E GRUPOS DE
PESQUISA VINCULADOS AO MESTRADO
ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO CEARÁ

REITOR

Prof. Dr. Jader Onofre de Moraes

VICE-REITOR

Prof. João Nogueira Mota

PRÓ-REITOR DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. José Ferreira Nunes

CENTRO DE HUMANIDADES

Profª. Msª Lena Lucia Espíndola R. Figueiredo

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS (CESA)

Profª. Msª. Maria da Conceição Pio

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

CONSULTORES INTERNOS

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos

Prof. Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

Prof. MS. José Filomeno de Moraes

Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio

Profª. Drª Maria Barbosa Dias

Profª. Drª. Maria Celeste Magalhães Cordeiro

Profª. Drª. Maria Helena de Paula Frota

Profª. Drª. Sofia Lerche Vieira

Prof. Dr. Ubiracy de Souza Braga

Profª. Drª. Liduina Farias Almeida da Costa

Profª. Drª. Maria Glauciria Mota Brasil

Profª. Dra. Elba Braga Ramalho

Profª. Dra. Francisca Rejane de Bezerra Andrade

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Juca

Prof. Dr. Francisco Josênio C. Parente

CONSULTORES EXTERNOS

Prof. Dr. Manoel Domingos (UFC)

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj (UFC)

Prof. Dr. Pedro Demo (UNB)

Prof. Dr. Ronald Chilcote (UniversityCalifornia)

Prof. Dr. Mariano Fernandez Enguita (Universidad de Salamanca)

Prof. Dr. Luiz Jorge Wernek Viana (IUPERJ)

Prof. Dr. Mauricio Domingues (IUPERJ)

Profª. Drª. Maria Alice Resende de Carvalho (IUPERJ)

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (IUPERJ)

Prof. Dr. Paulo Filipe Monteiro (Universidade Nova Lisboa)

Drª. Maria Lucilia Monteiro (Universidade Nova Lisboa)

Drª. Maria Celi Scalon (IUPERJ)

PROJETO GRÁFICO

Clarice Frota

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Cristiê Gomes Moreira -Nupes

ISSN 1519-5481

O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2004-. Semestral.
Conteúdo: ano 2, n. 3, Janeiro/Junho, 2004

1. Humanidades e Ciências Sociais

CDD 320.000

Editorial

*O negro é povo no Brasil.
(Guerreiro Ramos).*

O Ceará tem uma população autodeclarada negra de 61,6%, pelos dados do Censo 2000 do IBGE (para essa instituição, a população negra corresponde à soma de pretos e pardos). Pelos dados compilados por William Augusto Pereira, da vice-prefeitura da cidade de Fortaleza, há 67 comunidades remanescentes de quilombos espalhadas pelo Estado em diferentes estágios de luta para serem reconhecidos, um número que ainda vai crescer muito. O índice de anemia falciforme, doença grave e específica da população negra, é quase tão elevado quanto o da Bahia (respectivamente 5% e 6%, e, para comparação, a AIDS, com toda a carga de investimentos que tem, não atinge 1% dos brasileiros).

Em um aparente paradoxo para um Estado que considerou seus indígenas exterminados por decreto, em meados do século XIX, Ivandro Sales, da UVA, ao discutir o estranhamento que lhe causava a marcada semelhança nos rostos e tipos vistos nos mercados e feiras das cidades do sertão, em relação aos das cidades peruanas de Cuzco ou Lima, questionava-se por que essa parte considerável da população cearense não estaria tentando afirmar-se indígena, como ocorre em outros lugares da América Latina. Curiosamente, nos municípios onde o processo de auto-identificação foi iniciado, o pluralismo é enorme, e para dar apenas um exemplo, em Crateús, quatro etnias e quatro comunidades remanescentes de quilombos estão tentando regularizar seus territórios. Análises ainda incipientes sobre questões como essas apontam para o fato de que houve no Estado uma grande aliança negro-indígena que ainda está para ser estudada.

Isso tudo mostra claramente que nenhuma interpretação séria e abrangente da realidade cearense pode prescindir dos quesitos raça e etnia.

O problema que tal afirmação implica é grave, e implica rever a imagem e o projeto que o Ceará faz de e para si. Isso não é exclusividade dessa unidade da federação e, na verdade, os textos aqui reunidos indicam uma realidade atroz que se repete por todo o país: o paralelo entre a ausência dessas populações como alvo de políticas públicas não-tutelares específicas e das relações raciais como objeto de estudo, às suas sub-representações como produtoras de conhecimento dentro das universidades, e também às estruturas racializadoras e práticas racistas presentes na sociedade brasileira.

E, especificamente neste Estado, as universidades aqui sediadas, como se têm posicionado frente a essas temáticas?

Editorial

*Talvez eu devesse começar por uma espécie de anedota verídica: em 2003, logo que contratado como professor, fui convidado por alguns alunos para compor uma mesa redonda que discutiria ações afirmativas em um evento no Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará. Minha grande surpresa foi que, no dia e horário marcados, não vieram os outros participantes da mesa: o debatedor, a pessoa que me convidara e o público. Bem, quanto a este último não posso reclamar totalmente, apareceram cinco alunos que, na ausência de alguém para abrir a porta do auditório onde se daria a discussão, convidaram-me a conversar com eles em uma das salas de aula. Assim, diante do que interpretei como uma recusa ao debate, deu-se, quase clandestinamente, a primeira mesa redonda sobre ações afirmativas na UECE. O período em que se fez a organização desse número da revista *O Público e o Privado*, centrado exclusivamente no tema *ações afirmativas e a educação superior*, tornou-se, então, uma ótima oportunidade para criar um debate acadêmico que se espalhasse pelo político. Um momento privilegiado, que coincidiu com a preparação e a realização da 1ª. Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (com a anterior efetivação das conferências municipais e estaduais) e com a discussão sobre o anteprojeto da Reforma Universitária, que, em sua primeira versão, destinava uma seção inteira à questão (artigos 47 a 51 e o inciso III do artigo 4º), posteriormente substituída pela seguinte redação final:*

§ 1 do Art. 53: Os programas de ação afirmativa e inclusão social deverão considerar a promoção das condições acadêmicas de estudantes egressos do ensino médio público, especialmente afrodescendentes e indígenas¹.

É importante deixar claro, já nesse editorial, que a discussão da inclusão racial na educação não é recente. A novidade está na visibilidade que o tema ganhou. Essa é uma das bandeiras históricas do movimento negro no Brasil. Já nas décadas de 1940 e 1950, Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento lutavam pela reserva de vagas em partidos políticos, cargos na administração pública, e por políticas públicas educacionais voltadas para os negros. Ambos não tinham dúvidas a respeito da necessidade dessas ações, e questionavam a academia por não participar positivamente do debate².

Em sua forte crítica à sociologia brasileira até a década de 1950, Ramos afirmava que, sendo essa exercida por sua elite branca, refletia patologia social desta, a qual se manifestava na criação de um falso problema, a “questão do negro”, que, “tal como colocado na sociologia brasileira é, à luz da psicanálise sociológica, um ato de má-fé ou um equívoco”³.

Editorial

Trinta anos depois, na década de 1980, Abdias Nascimento, quando deputado, propôs um projeto de lei criando reserva de 20% para mulheres negras e 20% para homens negros em concursos para serviço federal, que foi, nas palavras do autor, prontamente arquivado. Novamente, em 1999, foi apresentado um outro projeto de lei, desta feita, do senador José Sarney propondo reserva de 20% de vagas para população negra em concursos para cargos públicos e universidades públicas, e que também não foi aprovado.

Em 2001, em meio ao clima de discussão gerado pela Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata em Durban, houve uma guinada com a aprovação pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro da primeira lei de reserva de vagas em universidades brasileiras, e as estaduais cariocas (UERJ e UENF) tornaram-se as primeiras no país a adotar ações afirmativas com recorte de raça. O debate se consolidou quando a UnB, em 2003, veio a ser a primeira universidade federal a aprovar um programa de ação afirmativa para negros e índios. E enquanto este editorial está sendo escrito, já são 17 as universidades públicas (entre federais e estaduais) que aderiram a alguma forma de ação afirmativa (UnB, UERJ, UFAL, UFBA, UFPR, UFMT, UNIFESP, UNEB, UENF, Unicamp, UEG, UEL, UNEMAT, UEMG, Unimontes, Unitins, UDESC).

Apesar disso, uma das questões que chamam atenção é que, até o início do ano de 2005, as universidades no Ceará estavam totalmente ausentes até mesmo de projetos e programas de menor impacto do que aqueles que implicam reserva de vagas, e mesmo alguns estudos preliminares ainda não foram realizados aqui. Três exemplos podem ser destacados: apesar do grande percentual de negros no Estado, não foi realizado aqui um censo racial universitário (como o coordenado por Dalcele Queiroz, e realizado nas seguintes universidades: UFBA, UFRJ, UFPR, UFMA, UnB); o Estado não participa dos programas de inclusão racial do MEC; e, ainda é quase impossível quantificarmos racial e etnicamente a pressão por vagas na UECE, pois, um dos instrumentos básicos, que é o questionário socioeconômico aplicado aos candidatos para o vestibular, não inclui o quesito raça, embora questões menores (se o candidato anda de skate, ou se frequenta barzinhos nos momentos de lazer) estejam presentes.

A interpretação a este silêncio que sempre me é apresentada, tanto por brancos quanto por negros, está claramente ligada à negativa de analisar as construções ideológicas raciais locais, como as que enaltecem as iniciativas do jangadeiro conhecido como o Dragão do Mar, e à idéia muito repetida de que aqui a escravidão não dera certo, tanto que teria acabado antes que no resto do Brasil. Ora, as datas em que ocorreram esses fatos são muito tardias – a

Editorial

negativa do Chico da Matilde de desembarcar escravos é de 1881, e a data da libertação dos escravos no Estado é 1884 – ou seja, são datas pouco significativas se pensarmos que, a esta época, somente em Cuba e no Brasil ainda havia escravidão legal. Mesmo assim, como observa o pesquisador e ativista Derivaldo Santos, se o Dragão do Mar virou Centro de Cultura, em nenhum lugar ali é possível ver o rosto dele, nunca se fez uma estátua desse herói negro.

Finalmente, este organizador espera que o leque de possibilidades, informações e experiências oriundas de várias unidades da federação (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Goiás e Mato Grosso) estimule reflexões sobre a especificidade de cada contexto, e, particularmente aos pesquisadores cearenses, que se sintam desafiados a planejar políticas públicas de inclusão étnica e racial para esse Estado, pois, a leitura dos textos reunidos nesta publicação faz ao mesmo tempo uma impressionante radiografia das universidades públicas brasileiras e mostra que estão surgindo novos caminhos: num país em que 45% da população é negra e 98% dos professores universitários são brancos, os programas de acesso e permanência na graduação e na pós-graduação indicam que esse quadro vai mudar. Um indício da força desse processo é que, no início desse ano de 2005, foi finalmente criada, na UFC, uma comissão para elaborar o projeto de ações afirmativas dessa universidade.

*O Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade quer pensar o lançamento deste número da revista *O Público e o Privado* como uma oportunidade para que a Universidade Estadual do Ceará se repense, que professores, alunos e funcionários reflitam sobre as especificidades raciais, étnicas e políticas do Estado e da Instituição, e que não possam deixar de se fazer a pergunta difícil: queremos pertencer a uma Instituição com o perfil segregacional atual?*

Roberto Lima (organizador)

UECE/ Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

P.S. Devido à dinâmica do processo em discussão, foi muito difícil fechar a redação deste editorial. No exato momento em que a revista estava sendo enviada à gráfica, chegou-nos a importante notícia de que o Magnífico Reitor apoia a solicitação de professores e alunos para a elaboração e implementação de um projeto de ações afirmativas na UECE.

Notas de rodapé

1 **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Anteprojeto de Lei de Educação Superior.** Brasília: MEC, 2005. (primeira e segunda versões).

2 **NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

3 **RAMOS, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 [1956]. p.197.

Sumário

JOSÉ JORGE DE CARVALHO

Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília

.....9

RITA LAURA SEGATO

Por que reagimos às Cotas para Negros?.....61

JOAZE BERNARDINO

Ações Afirmativas: respostas às questões mais freqüentes.....83

RONALDO SALES JÚNIOR

Ações Afirmativas e Filosofia Política: uma agenda negra para os direitos

humanos e o desenvolvimento sustentável99

NELSON OLOKOFA INOCENCIO

Estratégias do Racismo e Ações Afirmativas: um embate necessário.....119

PAULA CRISTINA DA SILVA BARRETO

As Políticas Anti-Racistas em Debate127

MICHELLE PERIA

“Olha, eu vou ouvir a sociedade, eu vou fazer política, eu vou me apresentar,

eu vou me mostrar ? Nunca tive essa finalidade”145

CARLOS HENRIQUE ROMÃO DE SIQUEIRA

O Processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade de

Brasília (1999-2004).....165

ALEXANDRE DO NASCIMENTO, FERNANDO PINHEIRO e JOCELENE IGNÁCIO

Das Ações Afirmativas dos Movimentos Sociais às Políticas Públicas de

Ação Afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e a

democratização do ensino superior189

SALES AUGUSTO DOS SANTOS

Projeto Políticas da cor na Universidade Federal de Mato Grosso207